

A BIOGRAFIA COLETIVA FICTÍCIA DE *VIVA O POVO BRASILEIRO*

Valéria Regina da Costa Geremia*

Resumo

Os avanços e retrocessos na ordem cronológica dos episódios narrados em *Viva o povo brasileiro* possibilitam a constatação da prevalência do tempo subjetivo sobre o objetivo na obra. Esse artigo procura, em particular, associar a estrutura da memória – na qual passado, presente e futuro mesclam-se de maneira dinâmica – ao romance de João Ubaldo Ribeiro, denominando-o como uma **biografia coletiva fictícia**. Valorizando a subjetividade de cada ponto de vista, tal ‘biografia’ ressalta a diferença entre o fato concreto e a sua narração (histórica ou fictícia), além de nos permitir atribuir a suas personagens o papel de ‘autores fictícios’. Entre elas, Patrício Macário identifica-se especialmente com João Ubaldo, assumindo importância vital para a metaficção desenvolvida. Ele é o último guardião da canastra que porta a memória do povo e, ao mesmo tempo, projeta sua identidade – funções exercidas também por *Viva o povo brasileiro* e, de maneira mais ampla, pela literatura em geral.

Palavras-chave: biografia coletiva fictícia, tempo subjetivo, metaficção.

Abstract

The advances and retrocessions in chronological order of narrated episodes in *Viva o povo brasileiro* makes possible to conclude that subjective time prevails over objective one in the book. This article intends to associate, particularly, the memory’s structure – in which past, present and future are mixed in a dynamic way – with the novel, denominating it as a **fictitious collective biography**. Valorizing the subjectivity of each point of view, this ‘biography’ emphasizes the difference between concrete fact and his narration (historic or fictitious) and allows us to attribute to its characters the role of ‘fictitious authors’. Between them, Patrício Macário is especially identified with

*João Ubaldo, and assumes vital importance to the metafiction developed. He is the last guardian of the object that keeps people’s memory and projects his identity – attribution taken also by *Viva o povo brasileiro* and by literature in general.*

Key words: fictitious collective biography, subjective time, metafiction.

Em *Viva o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, os segmentos narrativos, ou *microcronotopos*, somam-se uns aos outros e resultam no que denominamos como **biografia coletiva fictícia** – o cronotopo é uma unidade de tempo-espaco que exprime a interdependência existente entre esses dois elementos (Bakhtin, 1993b:211). Cada capítulo é composto por vários *microcronotopos* distintos, situados em lugar e data (dia, mês e ano) específicos, através de curtos subtítulos.

Tempo objetivo e subjetivo coexistem no romance, o que Hans Meyerhoff afirma ser necessário para retratar literariamente o homem: “*Não há maneira de construir-se a vida de um homem, seja ela real ou ficcional, exceto através da reconstrução de seu passado em termos das associações significativas sobrepondo-se aos dados históricos, objetivos, ou então mostrando a mistura inseparável das duas dimensões.*” (Meyerhoff, 1976:24).

Mas a desordem cronológica em que são narrados os fatos relativiza o tempo objetivo e cria um “*efeito de gratuidade*” (Ceccantini, 1999:117), valorizando o tempo subjetivo da memória. A própria epígrafe do livro indica a prevalência da subjetividade sobre a objetividade na narração de fatos concretos: “*O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias*” (Ribeiro, 1984).

A descrição oferecida por Meyerhoff para a estrutura da memória pode ser aplicada em *Viva o povo brasileiro*, no qual passado, presente e futuro relacionam-se dinamicamente, mesclando-se de maneira não uniforme (Meyerhoff,

* Graduada em Comunicação Social pela UFRGS e Mestre em Letras pela UFC.

1976:20), o que possibilita a configuração do livro como **biografia coletiva fictícia** de um povo.

Se a memória é “...casualmente determinada mais por associações significativas do que por conexões causais objetivas no mundo exterior” (Meyerhoff, 1976:22), podemos identificar, nos primeiros capítulos do romance, uma *associação significativa* determinante: a “almazinha” do Alferes/Caboco Capiroba/Maria da Fé. O autor-narrador teria acompanhado a personagem de Perilo Ambrósio, que estupra Vevé e a engravida, devido à sua importância na origem da criança na qual a *almazinha* encarnaria. Dadinha, por sua vez, é bisavó de Maria da Fé, pressentindo inclusive o “*destino forte*” de sua neta Vevé (Ribeiro, 1984:100).

Nos capítulos finais, entretanto, a *almazinha* não é mais identificada com as personagens pelo autor-narrador. Há poucos indícios, somente sugestões, de que Stálin José seja uma de suas reencarnações, como a informação de que ele tem os ouvidos “*zunzundo*” o tempo todo (Ribeiro, 1984:628) – o que também acontecia com Maria da Fé e o Caboco Capiroba. Portanto, a cadeia associativa do romance norteia-se principalmente pela memória de um povo, ou melhor, pela formação da sua identidade.

Uma identidade coletiva, porém, não pode ser simplificada, resumida ou restrita a um conceito definitivo. Ela se constrói e reconstrói dentro de um prisma no qual diferentes concepções de mentalidade movimentam-se continuamente através do tempo. A identidade coletiva é um “*conceito plural*”: “... uma noção pluridimensional onde as identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos de sua história se justapõem para constituir um mosaico.” (Bernd, 1992: 15).

Os lapsos de tempo e a desordem cronológica do livro corresponderiam a momentos de quebra na identidade, pois “*Se há rupturas severas na reconstrução imaginativa, evocativa do passado de alguém, a continuidade e a identidade do eu são danificadas igualmente.*” (Meyerhoff, 1976:46). As poucas ‘calmarias’ na confusão temporal, coincidem com o fortalecimento, entre as personagens, da corrente de *mentalidade utópica* – que busca modificar a ordem social existente (Mannheim, 1976) – e o resgate de seu ponto de vista sobre a História passada. Caberia a essa corrente, assim, a tarefa de unir os fragmentos formadores da identidade nacional.

No tempo da memória, esperanças e medos se confundem com a realidade: “*Desejos e fantasias podem não só ser lembrados como fatos, como também os fatos lembrados são constantemente modificados, reinterpretados e revividos à luz das exigências presentes, temores passados e esperanças futuras.*” (Meyerhoff: 1976: 20) As *mentalidades utópicas* do romance comporiam, então, uma escala representativa do povo brasileiro, cujos extremos imaginários seriam Maria da Fé – a mais sonhada utopia – e Stálin José – o pior temor: a trágica impotência frente aos problemas sociais.

Quanto às *mentalidades ideológicas*, que procuram manter o *status quo* vigente (Mannheim, 1976), o Barão Perilo Ambrósio corresponderia ao maior pesadelo, enquanto Ioiô Lavínio seria o representante mais positivo. Contudo, Ioiô Lavínio não configura uma idealização da mentalidade ideológica, papel assumido somente por Capitão Cavalão, em *O feitiço da Ilha do Pavão* (Ribeiro, 1997). Nesse aspecto, as duas obras de João Ubaldo se complementariam, oferecendo uma visão total das *mentalidades ideológicas*, parcialmente retratadas em *Viva o povo brasileiro*.

As diferentes mentalidades ou identidades nacionais não são retratadas através de uma reconstrução histórica, mas da recriação literária do passado. Ceccantini vê, de fato, a epígrafe escolhida pelo autor somar-se aos avanços e retrocessos na ordem cronológica para indicar que não se propõe, no texto, “*recontar a História*”, mas sim “*contar uma história*” (1999: 117). Tal história é formada por várias outras, todas verossímeis como fatos concretos - ressaltando a incursão pelo maravilhoso e pelo fantástico, que podem ser considerados aspectos da subjetividade das mentalidades em confronto. A distorção resultante dos diferentes pontos de vista altera freqüentemente, na ficção, a própria História Oficial.

Ceccantini denomina *Viva o povo brasileiro* de *epopéia às avessas* por não utilizar, em sua construção, a perspectiva da História Oficial e destacar, em oposição, personagens anônimas do povo brasileiro (1999:114). As personagens desconhecidas, imaginadas pelo autor, ao serem inseridas em *microcronotopos* datados historicamente, tomam vulto de personagens históricas. O que acontece, na verdade, é uma inversão de papéis, ou uma *carnevalização* – conceito criado por Bakhtin para definir a poética literária que tem, entre suas principais características, o uso da lógica das coisas ao avesso, permutações constantes entre o alto e o baixo, a presença do riso regenerador e de imagens grotescas, ambivalentes, incompletas (Bakhtin, 1993a).

Mas o romance pode ser considerado uma *epopéia* do imaginário social, pois “...*procura oferecer uma visão completa da vida e do mundo...*” (Moisés, 1974:186-187), sendo representativo do povo brasileiro em momentos cruciais de sua História, tais como a Independência, a Guerra do Paraguai, o advento da República, o Estado Novo, a revolta de Canudos e a ditadura militar.

João Ubaldo demonstra, em sua obra, que o passado narrado hoje não corresponde ao que aconteceu de fato. O passado real não pode ser recapturado, nem pela História Oficial, que retrata o Alferes Brandão Galvão e o Barão Perilo Ambrósio como heróis, nem pela memória do povo – representada principalmente por Dadinha e Cego Faustino –, que também comete seus exageros. Entre eles: Dadinha teria vivido cento e cinquenta anos e não cem, teria o poder de controlar a chuva e a seca e o dom de saber *tudo* sobre a Humanidade (Ribeiro, 1984:268). Na história narrada pelo

cego Faustino, também ocorrem discrepâncias: Vevé – chamada Daê ou Naê – transforma-se em Adaê, passando de ex-escrava a princesa africana. O número de rapazes brancos que a atacam e matam aumenta de quatro para oito. A morte deles – assassinados pelo Nego Leléu –, é atribuída à Irmandade, teriam sido “engolidos por uma grande onda do mar” (Idem: 518). Observa-se que a luta entre mentalidades ideológicas e utópicas também está presente na tentativa de dominar e alterar o passado conforme a conveniência de cada corrente.

O dialogismo resultante da luta travada em várias áreas pelas personagens do romance é definido por Zilá Bernd como uma “*estratégia narrativa*” que “...oferece ao leitor um ‘segundo Brasil’, voluntariamente não-oficial, exterior à História Oficial.” (Bernd, 1992: 54). É um *segundo Brasil* formado por vários recortes, múltiplo, em uma versão que desmistifica tanto as ‘mentiras’ da História quanto os exageros da memória popular. Entre esses recortes, a personagem de Patrício Macário é a peça chave para a interpretação do romance como uma biografia fictícia.

Macário faz parte da *Irmandade do Povo Brasileiro*, mesmo sem ter consciência disso. Ele se torna um dos guardiões da canastra de poderes fantásticos que concentra, em seu interior, tempo e espaço, preservando conhecimentos que compõem a identidade do povo brasileiro. Os segredos encerrados nesse objeto, segundo Júlio Dandão, o primeiro de seus guardiões citado:

... são parte de um grande conhecimento, conhecimento este que ainda não está completo, mesmo porque nenhum conhecimento fica completo nunca, faz parte dele que sempre se queira que ele fique completo. E faz parte dele também, por ser segredo e somente para certas pessoas, que cada um que saiba dele trabalhe para que ele fique completo. Se todos trabalharem, geração por geração, este é o conhecimento que vai vencer. (Ribeiro, 1984: 211)

No processo de busca de identidade empreendido inicialmente pelos escravos, a canastra contém sugestões, verdades, espíritos e, acima de tudo, segredos sobre a ‘verdade’. Seu poder é demonstrado na primeira vez em que é aberta, com o nascimento da *Irmandade do Povo Brasileiro* (Idem: 212). Mas, no último capítulo da ordem narrativa, ela demonstra também projetar os valores de quem a possui. Roubada no dia da morte de Patrício Macário, cai nas mãos de ladrões comuns e passa a mostrar o futuro sem honra da nação. A própria terra se angustia com a situação criada e arfa em dor, enquanto brota sangue das paredes da casa da farinha – espaço referencial do trabalho honesto –, onde os ladrões param a fim de abrir a canastra.

Budião alertara, anteriormente, de fato, que os segredos contidos na canastra consistiam em “... algo que sempre mudava conforme os atos e a experiência de quem o procurava.” (Idem: 312). E Maria da Fé colocara algo

dentro dela, ao invés de retirar: “*Um papel com mais uns passos do conhecimento e dos segredos que eu acho que descobri.*” (Idem:400).

É possível concluir, assim, que a canastra seja uma alegoria da literatura, a qual aceita interpretações diversas de acordo com as experiências particulares de cada leitor. A canastra e a literatura, recebendo e revelando segredos sobre o homem, são ao mesmo tempo construtoras e resultantes da realidade, em uma interação completa.

Viva o povo brasileiro seria, enfim, não só parte do conteúdo, mas a própria canastra a unificar os fragmentos identitários de maneira tal que nem Maria da Fé soube fazer, embora ela sentisse “...como se houvesse uma espécie de canastra, uma arca, onde as respostas, pela obra de gente como ela, da qual existia mais do que se pensava, se acumulariam, até que alguém as pudesse entretecer num todo único.” (Idem:510).

O alguém citado por Maria da Fé poderia ser Patrício Macário, autor de um “*livro de memórias*” misterioso, mantido trancado dentro da canastra - que só deveria ser aberta depois de sua morte. Algumas das considerações que Macário faz sobre seu livro indicam a possibilidade desses escritos consistirem no próprio romance de João Ubaldo, como o temor quanto a contestações a respeito do trecho sobre a Guerra do Paraguai: “...tão diferente da mentiralhada oficial e dos relatos dos historiadores panegiriqueiros que eram a regra geral, ia com certeza ser contestada palavra por palavra. E, o que era pior, o mentiroso terminaria por ser ele.” (Idem:571).

Ora, em *Viva o povo brasileiro* a narração da Guerra do Paraguai pode ser contestada em sua correspondência com a realidade concreta por adentrar totalmente no discurso maravilhoso. Nessa passagem do romance, inspirada na *Ilíada*, o plano espiritual interfere diretamente no plano físico. Preocupados com seus protegidos, os orixás não se limitam a insuflar coragem em seus filhos e covardia nos adversários. Oxóssi empurra Zé Popó para tirá-lo do caminho das balas; Xangô alerta Capistrano da proximidade do inimigo e lhe apura a mira; Ogum resgata o estandarte nacional tomado por um paraguaio, entregando-o ao cabo Arimatéia. Além disso, no romance de João Ubaldo a Guerra do Paraguai é descrita de um ponto de vista estranho para a História Oficial ao não exaltar a honra das guerras e sim denunciar sua selvageria, comparando o campo de batalha a uma carnificina.

O conteúdo isolado de um dos trechos escritos pela personagem não se caracterizaria, a princípio, como parte integrante de um romance, por somente discorrer sobre os perigos da existência de uma aristocracia militar:

A noção de aristocracia envolve necessariamente a noção da existência de ‘melhores’ e termina, também necessariamente, por definir o que é ‘melhor’, não sendo ‘melhor’, conseqüentemente, aquilo que não se enquadre em tais critérios. Mas não serão

tais critérios apenas os que corporifiquem os valores e interesses dos membros dessa aristocracia? (Ribeiro, 1984: 576).

Sem tratar da narração de uma história, ou configurar-se como parte de uma, o simples fato de tais reflexões serem transcritas para *Viva o povo brasileiro* as torna, entretanto, parte da ficção literária.

Macário aceita a definição aproximada de sua obra, expressa por sua sobrinha, como “*uma análise do papel dos militares no governo*” (Idem:577). Mas a informação de que pensa em transformar tal *análise do papel dos militares* em um romance, que seria publicado sob pseudônimo, revalida a hipótese de que a personagem coincida com o autor-narrador de *Viva o povo brasileiro*. O relacionamento íntimo existente entre as idéias dos dois, afinal, é incontestável, pois Macário ressalta as qualidades do *povo brasileiro*, atribuindo-lhe uma força coletiva:

Não pretendia que acontecesse nada, não previa nada, apenas testemunhava e era um testemunho a que dariam fé ou não, mas era um testemunho. Não podia morrer sem contar que sabia com certeza de uma coisa – que o povo pensa, que o povo pulsa, que o povo tem uma cabeça que transcende as cabeças dos indivíduos, que não poderá ser exterminado, mesmo que façam tudo para isso, como fazem e farão. E a primeira coisa de que tinha certeza era a respeito do Espírito do Homem. (Idem: 662)

A personagem reafirma, logo adiante: “*...o Mal existe. Mas o Espírito do Homem também existe, não como uma quimera, ...*” (Idem, ibidem). E a existência de tal *Espírito* é corroborada pelo autor-narrador no final do livro: “*Ninguém olhou para cima e assim ninguém viu, no meio do temporal, o Espírito do Homem, erradio mas cheio de esperança, vagando sobre as águas sem luz da grande baía.*” (Idem:673)

Mesmo se partirmos da premissa de que a obra de Patrício Macário não seja a mesma de João Ubaldo – e o

nome do autor, o pseudônimo de sua personagem –, as crenças de Macário (entre elas sua compreensão do papel dos militares) estão subentendidas no romance, expressas na narrativa de sua vida sob um ponto de vista único. A história de sua existência, contida no livro, o torna um dos autores fictícios da possível biografia de um povo – criada por João Ubaldo –, na qual cada personagem, com sua interpretação dos fatos, ensaia passos individuais em meio a uma complexa dança coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 2. ed. Trad. de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993a.
- _____. *Questões de literatura e de estética (a teoria do romance)*. 3.ed. Trad. de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec: UNESP, 1993b.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- CECCANTINI, João Luís C.T. In: *Cadernos de Literatura Brasileira: João Ubaldo Ribeiro*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1999.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Tradução Sérgio Magalhães Santeiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MEYERHOFF, Hans. *O tempo na literatura*. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *O feitiço da ilha do pavão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.